

“PROJETOS SOCIAIS” DE ESPORTE E LAZER: REFLEXÕES, INQUIETAÇÕES, SUGESTÕES

Prof. Dr. Victor Andrade de Melo

Universidade Federal do Rio de Janeiro¹

Introdução

No Brasil, desde o final da década de 1920 e início da década de 1930 já podemos identificar a existência de projetos e programas que têm o esporte e as diversas linguagens artísticas (compreendidas enquanto atividades de lazer) como motivos/estratégias principais de intervenção, destacando-se as experiências pioneiras das cidades de Porto Alegre (com a organização de parques públicos, conduzida por Frederico Gaelzer) e de São Paulo (conduzida por Nicanor Miranda), bem como a posterior organização do Serviço de Recreação Operária do Ministério do Trabalho, na cidade do Rio de Janeiro (na época Distrito Federal).

A partir da década de 1970, podemos identificar um grande crescimento dessas iniciativas, na esteira das campanhas “Mexa-se” e “Esporte para Todos”, programas que, a despeito das muitas polêmicas que desencadearam, em função dos supostos usos políticos do esporte no contexto do regime de exceção ditatorial que se abateu sobre nosso país entre os anos de 1964 e 1985, certamente constituem-se em marcas de uma nova estruturação de projetos dessa natureza.

Dando um novo salto de tempo, chegando até os dias de hoje, basta um rápido olhar para percebermos o flagrante crescimento dos chamados “projetos sociais”, muitos dos quais que elegem as práticas esportivas e/ou artísticas como suas principais ferramentas de intervenção.

Certamente esse quadro recente tem relação com o aperfeiçoamento dos mecanismos democráticos em nosso país, mesmo que tenhamos que reconhecer que devemos ainda trilhar um longo caminho para consolidar nossa democracia, por nós compreendida em um sentido mais amplo do que o simples direito de votar para a escolha dos dirigentes da nação. Isso é, entendendo que a cidadania plena somente será

¹ . Coordenador do Grupo de Pesquisa “Anima”: Lazer, Animação Cultural e Estudos Culturais (www.lazer.eefd.ufjf.br)

COMO CITAR ESTE ARTÍCULO:

Andrade de Melo, Victor; (2008); “Projetos sociais” de esporte e lazer: Reflexões, inquietações, sugestões; em <http://quadernsanimacio.net>; nº 7; enero de 2008; ISSN 1698-4044

possível com a ampla participação da população em todo o processo decisório (inclusive com o acompanhamento constante de todas as ações políticas), certamente há muitas conquistas a serem buscadas, mas não podemos desconhecer que houve avanços significativos, inclusive no que se refere à organização da sociedade civil, de diferentes formas, com diversas intencionalidades e perspectivas, entre as quais podemos situar alguns dos muitos “projetos sociais” que hoje existem em nosso país.

Entre tantas experiências, é possível identificar alguns pontos em comum:

- a) apresentam-se como alternativas de promoção de inclusão social, tendo em vista o quadro de desigualdade que grassa em nosso país;
- b) com isso, adotam o discurso de vinculação com a idéia de construção de cidadania, ainda que muitas vezes tratem do conceito de forma genérica e imprecisa;
- c) normalmente são iniciativas organizadas para ocupação do tempo livre dos freqüentadores, ainda que alguns tenham algum grau de relacionamento com a escola (por exemplo, oferecendo também reforço escolar/explicadores, ou exigindo a freqüência nas salas de aula, alguns ate mesmo certo grau de desempenho, para a manutenção da participação dos envolvidos nas atividades);
- d) majoritariamente contam com a participação de organizações não governamentais (ONGs), seja como líderes exclusivas do projeto (responsável pela estruturação e operacionalização, a partir de financiamento de fontes privadas diversas, como as advindas de fundações internacionais ou nacionais), seja conduzindo o projeto fazendo uso de recursos públicos distribuídos em editais (como os lançados pela atual gestão do governo federal no âmbito dos ministérios do esporte e da cultura) ou mesmo sendo convocadas pelo próprio poder publico para em seu nome desempenhar determinadas ações.

O que diferencia esse quadro atual dos momentos anteriores? Que problemas podemos identificar nesse contexto? Quais são as reais contribuições que tais projetos podem dar ao publico envolvido? Como pensar a melhor adequação das estratégias desempenhadas tendo em vista potencializar o alcance dos objetivos declarados? Este artigo objetiva apresentar um conjunto de reflexões criticas que busca caminhar no sentido de abordar tais questões, se não na perspectiva de respondê-las por completo, certamente com o intuito de apresentar um conjunto de inquietações desse autor, que

COMO CITAR ESTE ARTÍCULO:

Andrade de Melo, Victor; (2008); “Projetos sociais” de esporte e lazer: Reflexões, inquietações, sugestões; en <http://quadernsanimacio.net>; nº 7; enero de 2008; ISSN 1698-4044

tem estado envolvido com projetos de natureza semelhante já há alguns anos, seja como professor, coordenador, consultor, formador e/ou pesquisador.

Longe de ditar um receituário a ser seguido de forma inquestionável, pretende-se compartilhar esse conjunto de reflexões com outros colegas que se envolvem com iniciativas semelhantes, encarando o desafio de atuarem em cenários não poucas vezes desfavoráveis. Ao final, pretendo apresentar também alguns parâmetros que penso ser úteis para auxiliar no cotidiano dos que, ao atuarem nesses projetos, seguem acreditando que algo deve ser feito para reverter essa situação caótica e injusta a que esta submetida parte significativa da população brasileira.

Optei por um texto bastante autoral, pouco acadêmico (no seu sentido tradicional; isso é, evitando citações) e que dialogue de forma livre com uma serie de referencias teóricas, bem como com um conjunto de experiências que vem marcando minha trajetória profissional nos últimos anos. Propositadamente omiti alguns nomes, para não dar a esse artigo um tom de denúncia, que penso não ser o mais adequado. O que pretendo é, ao elencar problemas que tenho observado nos últimos anos (tanto nos projetos que me envolvi como educador e/ou coordenador, quanto naqueles que tive acesso como pesquisador), conclamar os colegas a juntos pensarmos em alternativas e novos arranjos para nossas propostas.

Tanto “Projeto Social”... para onde vamos? Reflexões

Começamos nossa discussão pelo próprio uso do termo “projetos sociais”. Se formos rigorosos na definição, qualquer projeto desenvolvido em sociedade deve ser considerado um projeto social e mesmo os projetos individuais em certo sentido têm um enorme caráter social, já que devem ser vivenciados no âmbito de um determinado contexto coletivo.

Levanto essa discussão não de forma gratuita, mas para chamar a atenção para uma compreensão comum nos dias de hoje: a idéia de que “projetos sociais” são aqueles desenvolvidos em comunidades de baixa renda ou com excluídos de diferentes naturezas.

Isso certamente cresceu muito no âmbito dos últimos governos federais, notadamente quando assumiu a presidência Luís Inácio Lula da Silva (2003), que, eleito

COMO CITAR ESTE ARTÍCULO:

Andrade de Melo, Victor; (2008); *Projetos sociais” de esporte e lazer: Reflexões, inquietações, sugestões;* en <http://quadernsanimacio.net>; nº 7; enero de 2008; ISSN 1698-4044

por um partido que tem uma trajetória no âmbito da esquerda (Partido dos Trabalhadores), desde sua campanha vinha fazendo um contundente discurso sobre a necessidade de uma “ação social” mais agressiva e contundente. Por ocasião de sua reeleição (2006), tal discurso ficou ainda mais marcante e fora apresentado como o principal ganho de sua gestão anterior.

Nesse âmbito, parece que perigosamente podemos observar uma moda do “social” no Brasil dos dias de hoje. Por isso nesse artigo até aqui estou utilizando o termo “projetos sociais” entre aspas, para que desde o início possamos desconfiar e problematizar as dimensões que hoje carrega a utilização dessa denominação.

Vejamos que obviamente isso pode trazer ganhos para o conjunto geral da população, mas também pode servir de nuvem para esconder as verdadeiras intencionalidades e/ou deficiências de certas propostas. Vale lembrar o dito popular: não bastam boas intenções, pois de boas intenções está cheio o inferno!

Da mesma forma, essa “onda” do “social” pode trazer o perigo de obliterar a visão sobre a necessidade de mudança completa desse modelo de sociedade, permitindo propagar-se arriscadamente a idéia de que para a resolução dos problemas nacionais bastam apenas algumas correções de rumo, no sentido de somente atenuar determinados problemas. Não por acaso tenho chamado algumas dessas propostas de “novo assistencialismo crítico”. O que as desencadeia é uma suposta visão crítica, um discurso aparentemente bastante “engajado”, mas a prática configura-se não poucas vezes como uma recriação do velho assistencialismo, marcado por um caráter explicitamente funcionalista, algo já muito facilmente observável na história brasileira de relacionamentos com os grupos comunitários minoritários (no sentido de acesso ao poder, já que numericamente estamos nos referindo à maior parte de nossa população).

Parece-me chegada a hora de separar o joio do trigo. Entre os projetos conduzidos por ONGs, grupos privados ou iniciativas governamentais, há aqueles realmente sérios, mas há também muitos que atendem mais aos envolvidos na liderança da iniciativa do que propriamente o público-alvo informado. Provocativamente, afirmo que a grande inclusão social que alguns projetos proporcionam é para a classe média desempregada, já que se constituem em oportunidades de emprego para assistentes sociais, psicólogos, professores, etc. Obviamente que é fundamental que tenhamos

COMO CITAR ESTE ARTÍCULO:

Andrade de Melo, Victor; (2008); *Projetos sociais” de esporte e lazer: Reflexões, inquietações, sugestões*; en <http://quadernsanimacio.net>; nº 7; enero de 2008; ISSN 1698-4044

profissionais capacitados conduzindo tais iniciativas, e que esses devem sim ser bem remunerados, mas torna-se perigoso e motivo de reflexão o fato de que em algumas dessas iniciativas uma parte muito pequena do investimento é efetivamente dedicada ao público-alvo anunciado, aquele que deveria ser o centro das atenções do projeto.

Há também muitas empresas privadas que patrocinam projetos dessa natureza mais interessadas em descontos fiscais e/ou na construção de uma imagem de responsabilidade social (outra moda dos dias de hoje) do que verdadeiramente em promoção da tão propalada inclusão social.

Há muitos projetos governamentais que se estruturam com um belo discurso (alguns nem mesmo tão belo assim), mas na prática desenvolvem-se de forma equivocada, muitas vezes apressada (sob a terrível justificativa que o “tempo da política” não permite que seja de outra forma), como se oferecessem alternativas de segunda categoria para um público tratado como de segunda categoria, quando não evitadas de práticas eleitoreiras e interesseiras. O desperdício de dinheiro público é flagrante.

Efetivamente não é tarefa das mais fáceis traçar um perfil exato dessas iniciativas governamentais e não-governamentais, que, no último caso, inclusive se estruturam a partir de entidades que assumem as mais diversas denominações: ONGs, Organizações Cívicas de Interesses Públicos (Oscips), Fundações, Associações Culturais, entre outras. Mesmo com todos os esforços da Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG), que com 15 anos de atuação já possui um perfil das suas entidades associadas², e de entidades como Rede de Informações para o terceiro setor (RITS)³, temos que reconhecer que grande parte das iniciativas não está ligada a tais associações, tornando o quadro bastante impreciso.

Queremos deixar claro que não consideramos oportuna a idéia de “criminalização” a priori das diferentes estratégias de organização da sociedade civil. Nem tampouco estamos afirmando que essas não tem valia ou contribuição a dar a sociedade brasileira. Isso seria uma postura bastante fundamentalista e mesmo desconsideraria um grande número de experiências bem sucedidas desenvolvidas por

² . Maiores informações podem ser obtidas em: <http://www.abong.org.br>.

³ . Maiores informações podem ser obtidas em <http://www.rits.org.br>.

COMO CITAR ESTE ARTÍCULO:

Andrade de Melo, Victor; (2008); *Projetos sociais” de esporte e lazer: Reflexões, inquietações, sugestões;* em <http://quadernsanimacio.net>; nº 7; enero de 2008; ISSN 1698-4044

essas entidades. Um exemplo claro disso é a importante atuação das organizações ligadas de forma multifacetada a questão da AIDS no Brasil. Tal intervenção foi fundamental para não só chamar a atenção para a problemática, como gerou políticas públicas governamentais que hoje colocam o Brasil entre os países mundialmente elogiados pelo trato da questão.

Apenas estamos ressaltando que há uma necessidade urgente de melhor analisar as iniciativas em desenvolvimento, no sentido de contribuir para o aperfeiçoamento das propostas, um debate que nos parece urgente e necessário, notadamente no que se refere a projetos de esporte e lazer, já que, em função de sua própria natureza, são menos passíveis de controle e de identificação do alcance e sucesso dos objetivos anunciados.

Ao abordarmos o desenvolvimento dos chamados “projetos sociais”, e uma vez mais chamamos a atenção para o caso específico do esporte e lazer, há ainda uma outra ocorrência que deve ser cuidadosamente observada: a falta de uma compreensão teórica mais aprofundada, algo que se articula com uma implementação que desconsidera dimensões fundamentais em projetos de inclusão social e as peculiaridades dos locais em que se inserem.

O próprio exemplo da dicotomia “esporte” e “lazer” já expressa essa dificuldade conceitual. Quando trabalhamos com a prática esportiva nesses projetos, não estaríamos trabalhando como estratégia de lazer? Então por que essa prática é apresentada separada do conceito de lazer nos títulos? Isso se agrava quando falamos dos “projetos culturais”. Ora, o esporte também não é um importante fenômeno cultural? Quando falamos de cultural em grande parte dessas iniciativas não estaríamos simplesmente a relacionando a arte, o que seria uma redução de seus sentidos e significados?

Outro exemplo disso pode ser encontrado em programas com idosos. Há alguns anos atrás desenvolvi um estudo que demonstrava que o rápido crescimento de intervenções com esse público-alvo trouxe no seu bojo uma série de problemas que devem ser considerados:

a) a própria terminologia – por que usar termos como “melhor idade” e “idade de ouro” (como se quiséssemos esconder ou maquiagem problemas e peculiaridades dessa faixa etária) e mesmo “terceira idade” (como se houvesse um rígido encadeamento entre as

COMO CITAR ESTE ARTÍCULO:

Andrade de Melo, Victor; (2008); *Projetos sociais” de esporte e lazer: Reflexões, inquietações, sugestões;* en <http://quadernsanimacio.net>; nº 7; enero de 2008; ISSN 1698-4044

fases de vida)? Por que não usamos o termo “idosos” já que lamentavelmente se desgastou o termo “velho”, que a principio não teria nada de pejorativo?

b) essa dimensão anterior expressa um certo desconhecimento teórico da questão da velhice no Brasil e na sociedade contemporânea como um todo. Muitas vezes é a expressão de um programa que procura contribuir para os idosos envolvidos no sentido de funcionalmente somente minimizar seus problemas, e não no intuito de contribuir para a conscientização política do idoso tendo em vista sua situação social;

c) aqui ainda há uma questão de grande importância: o trabalho com idosos exige um certo grau de conhecimento acerca das peculiaridades físicas do grupo, que se desrespeitadas ou não consideradas colocam em risco mesmo a segurança dos indivíduos envolvidos. Recentemente, de forma irônica, escrevi em um prefácio de livro que tenho a impressão que Deus deve ser mesmo brasileiro, só isso pode explicar como não morrem idosos em programas de esporte e lazer, tal o número de iniciativas que desconhecem completamente essas especificidades!

d) Por fim, sem negar as possíveis contribuições de muitos desses projetos, nem tampouco afirmar que não criam condições de satisfação no público envolvido, observei que em grande parte dos programas analisados não ficam claras as intencionalidades ou percebe-se uma enorme distância entre o objetivo anunciado e a proposta implementada, algo que fica ainda mais grave quando reconhecemos que ainda são poucos ou parciais os estudos de impacto do alcance das proposições explicitadas (por exemplo, é comum vermos uma valorização extrema de dados numéricos/burocráticos como parâmetros de avaliação).

Quando analisamos projetos para jovens, encontramos problemas semelhantes. Começamos pela própria imprecisão do termo: quando nos referimos à juventude, de que público estamos falando? Seria possível precisar uma faixa etária a ser atendida? Esse conceito não seria bastante variável de acordo com cada comunidade/localidade? Como temos tratado isso nos projetos desenvolvidos?

Vejamos também a questão da natureza dos trabalhos. Peguemos um exemplo simples para tornar mais claro: os manuais de recreação. Percebamos como existem livros com propostas para crianças, para adultos, para idosos, mas poucos para jovens! Se não conhecermos as peculiaridades dessa faixa etária, é possível que no máximo

COMO CITAR ESTE ARTÍCULO:

Andrade de Melo, Victor; (2008); *Projetos sociais” de esporte e lazer: Reflexões, inquietações, sugestões;* en <http://quadernsanimacio.net>; nº 7; enero de 2008; ISSN 1698-4044

estejamos a fazer adaptações daquilo que é aplicado com crianças ou com adultos, deixando de entender que há questões gerais específicas relacionadas a esse grupo.

Grande parte dos projetos com jovens apresenta a questão da empregabilidade como uma preocupação geral, o que parece a princípio interessante, já que isso se constitui realmente em um dos desafios para pensar a inclusão social desse grupo social. Mas não seria um risco somente focar as iniciativas nessa questão, abandonando a formação do cidadão em seu sentido mais amplo? Mais ainda, quantos projetos realmente constituem-se em iniciativas eficazes de gerar possibilidade de aumentar a empregabilidade? Na verdade, aqui vemos uma vez mais o já citado problema geral que acomete no Brasil os chamados “projetos sociais”: a falta de melhor estruturação e maior cuidado com iniciativas de avaliação dos impactos do que é apresentado como objetivo.

Vamos aprofundar um pouco mais a discussão acerca de alguns problemas aqui elencados. Com isso, espero coletar elementos para a melhor formulação de projetos de esporte e lazer, algo que será abordado posteriormente.

Inquietações

Inclusão social

O discurso de promoção de inclusão social é observável em praticamente todos os projetos de esporte e lazer. Isso pode significar um sensível avanço da questão, já que não se trata de acreditar que a proposta de intervenção tenha um fim em si mesmo, apresentando-se a compreensão de que as ferramentas pedagógicas utilizadas são um meio para alcance de outros objetivos mais amplos. Contudo, devemos nos perguntar: o que tem se chamado de inclusão social quanto tal conceito é apresentado?

Essa é para mim uma preocupação central que devemos ter. Posso observar ainda, mais do que poderíamos supor, a existência de propostas que crêm que vão conseguir incluir os indivíduos tendo em vista uma possibilidade bastante limitada e polêmica de inserção profissional. Por exemplo, a escolinha de futebol que julga que sua grande contribuição é oferecer perspectivas de que algum de seus alunos torne-se atletas profissionais de grandes clubes, ganhando altos salários, cujos maiores exemplos

COMO CITAR ESTE ARTÍCULO:

Andrade de Melo, Victor; (2008); *Projetos sociais” de esporte e lazer: Reflexões, inquietações, sugestões;* en <http://quadernsanimacio.net>; nº 7; enero de 2008; ISSN 1698-4044

são nossos astros globais desse esporte (Ronaldinho, Roberto Carlos etc.), a maior parte deles inclusive oriunda das camadas populares.

Isso não ocorre só com o futebol. Há também os projetos de música que induzem a seus alunos a pensarem que podem se tornar grandes estrelas; ou os projetos de dança que afirmam que seu parâmetro de sucesso é ter inserido bailarinos em importantes companhias mundiais.

Precisamos analisar crítica e matizadamente esse tipo de discurso, que, ora mais ora menos explicitamente, ainda impregna se não os projetos em si, certamente o imaginário de grande parte do público que os busca:

a) sabemos que é uma falácia afirmar que surgem em grande número profissionais de renome oriundos desses espaços. Os mecanismos de seleção são bastante cruéis, excludentes e ainda assim somente uma parte bem pequena dos que conseguem vencer tal barreira consegue salários dignos. Esse é o caso, por exemplo, dos jogadores de futebol: apenas uma minoria tem realmente boas condições de vida; a maioria ganha mal, é explorada e tem uma curta carreira;

b) além disso, se a proposta de trabalho do projeto é a de inclusão social, não me parece adequado pensar nesse tipo de inclusão; pensamos que incluir deve significar preparar o indivíduo para o exercício pleno da cidadania e isso certamente significa desenvolver olhares críticos sobre a realidade que os cerca, não adaptação incondicional a esse modelo de sociedade.

Veja bem que não estou dizendo que é um “crime” que de nossos projetos venham a surgir profissionais, isso pode sim ocorrer como decorrência do trabalho desenvolvido. O que estou ponderando é que esse não deve ser o objetivo central de nossas propostas e não deve balizar a função primordial de nossas ações.

Em um dos projetos em que atuei tive problemas exatamente por essa mudança de intencionalidade central. Quando iniciamos o projeto, o intuito era contribuir para o emergir de lideranças comunitárias, a partir do trabalho com diferentes linguagens/manifestações culturais. Tratava-se de identificar, fortalecer e contribuir para a sinergia de líderes relacionados a diferentes atividades, que se organizariam em um local comunitário, gerando uma prática política conseqüente desde um estímulo inicial.

COMO CITAR ESTE ARTÍCULO:

Andrade de Melo, Victor; (2008); *Projetos sociais” de esporte e lazer: Reflexões, inquietações, sugestões;* en <http://quadernsanimacio.net>; nº 7; enero de 2008; ISSN 1698-4044

Certamente desse processo ganhariam força os grupos artísticos/esportivos da comunidade, que deveriam ser por nós também estimulados, por expressarem os desejos de uma parte da localidade e por se tornarem parceiros do programa. O que ocorre é que a direção do projeto, depois de 2 anos de atuação, decidiu que deveríamos centrar esforços na ajuda aos grupos a se fortalecerem e apresentarem suas produções nos espaços tradicionais da arte (teatros, casa de show etc.). Para tal abandonava-se o caráter político anterior de organização comunitária. Assim sendo, deixamos de contribuir para que coletivos políticos buscassem alternativas a enorme máquina da indústria cultural, tentando encontrar meios para que viessem a se inserir nas formas de organização da cultura espetacular. Um lamentável, ainda que em certo sentido sutil, desvio de caminho, que acabou por nos excluir do programa.

No caso do esporte, há ainda um sem número de falsas compreensões que estão presentes nos discursos de quem defende suas possíveis contribuições. É comum ouvirmos frases do tipo: “quem pratica esporte, se torna mais disciplinado”, “quem faz esporte, tem uma saúde melhor”, “quem se envolve com a prática esportiva, respeita os outros”.

Ora, essas visões carregam no seu interior uma visão essencialista do esporte, como se fosse portador de um dom imanente. Não há nada a priori que o apresente como bom ou ruim; a diferença estará no uso pedagógico que se faz dessa prática social, sem dúvida importante em nossa sociedade contemporânea, mas que não deve ser utilizada a partir de abordagens ingênuas e/ou apologéticas: não se trata da saída para todos os problemas, é apenas mais uma possível ferramenta para o animador.

Há ainda nesse item outra dimensão que devemos novamente destacar (e o fazemos por julgar que se trata de uma questão de relevada importância). Como grande parte desses projetos não tem mecanismos de avaliação de impacto, fica-se sem saber bem se realmente promovem a tão propalada inclusão. Mais, lamentavelmente encontramos fartos exemplos de projetos que fazem o discurso de inclusão, mas implementam práticas absolutamente excludentes, onde são valorizados ou selecionados os melhores e mais aptos, estratégias muito conservadoras de atuação e até mesmo de desconsideração das peculiaridades de determinados grupos (portadores de deficiência,

COMO CITAR ESTE ARTÍCULO:

Andrade de Melo, Victor; (2008); *Projetos sociais* de esporte e lazer: Reflexões, inquietações, sugestões; em <http://quadernsanimacio.net>; nº 7; enero de 2008; ISSN 1698-4044

por exemplo, muitas vezes são um grupo desconhecido). Observamos assim uma exclusão entre os excluídos!

Vou pegar um exemplo pouco discutido e por mim alvo de uma investigação há alguns anos atrás: a questão da orientação sexual. É impressionante como esse assunto é muito pouco trabalhado nos programas de esporte e lazer, como há um verdadeiro desconhecimento da temática e como em diversas vezes os educadores estão entre os principais responsáveis pelo propagar de preconceitos e estereótipos (isso é mais forte ainda em projetos esportivos).

Nessa pesquisa, desenvolvida como homossexuais do sexo masculino, por exemplo, identificamos que os professores de educação física, tanto da escola quanto de projetos extra-escolares, foram apontados entre os principais responsáveis pelo desrespeito para com os meninos que desde criança apresentassem alguma característica considerada efeminada, seja diretamente (alguns homossexuais foram impedidos de participar das atividades por serem considerados “doentes” ou eram chamados por apelidos como “rosinha”, “florzinha”, entre outros) ou indiretamente (os professores até identificavam o escárnio, mas não se posicionavam no sentido de proteger os atingidos, nem aproveitavam para trabalhar pedagogicamente a questão).

Como podemos pensar em projetos inclusivos que não considerem em toda sua plenitude os diversos tipos de exclusão, que não são somente de natureza econômica, mas também e mormente de caráter sociocultural, como as questões ligadas a gênero, idade, etnia e a já citada orientação sexual, entre outras? Não deveríamos estar atentos ao fato de que nosso papel deve ser o de contribuir para a formação de um cidadão, em seu sentido mais amplo? Discutamos um pouco disso no item que segue.

Cidadania

Cidadania é outra palavra da moda, curiosamente nem sempre articulada à idéia de inclusão social. Podemos perceber que por diversas vezes é mais um anúncio, mais um discurso, do que exatamente algo perseguido e encaminhado com ênfase pelas/nas ações cotidianas do projetos.

Que tipo de inclusão desejamos? Trataria-se somente de criar forma de adequar os indivíduos a esse modelo de sociedade atual, pautado na injustiça social, na

COMO CITAR ESTE ARTÍCULO:

Andrade de Melo, Victor; (2008); *Projetos sociais” de esporte e lazer: Reflexões, inquietações, sugestões;* en <http://quadernsanimacio.net>; nº 7; enero de 2008; ISSN 1698-4044

desigualdade e falta de fraternidade, ou pretendemos contribuir para que as pessoas compreendam-se enquanto seres políticos e se integrem em iniciativas múltiplas de promoção de mudanças sociais concretas e não somente superficiais?

Há duas ressalvas que, contudo, precisam ser feitas. A primeira delas é que não podemos confundir nossos projetos com “máquinas de formação política”, no sentido clássico, ainda que devamos desejar a mudança completa desse modelo de sociedade. Se o sentido for esse, parece-me inadequado investirmos tanto em projetos de esporte e lazer, já que eles não terão a condição de contrapor de forma linear o mesmo contexto social que tende a considerar tais objetos como secundários ou de menor importância, algo que se articula com o superdimensionamento do valor do trabalho e com a enorme força da cultura de massas em nossa realidade atual.

Quando falo aqui de política, não estou me referindo à sua forma de organização tradicional (partidos, sindicatos etc.), mas sim a uma postura perante a realidade, ainda que não devamos negar ou afastar que existem injunções da política clássica em nossos projetos (e quem já trabalhou em programas governamentais sabe bem disso, deve se lembrar de que em muitas oportunidades as pressões são bastante fortes). Não há, aliás, em minha colocação, nenhum preconceito com as formas clássicas de política, que devem ser reconhecidas como importantes na construção de uma sociedade democrática. Apenas estou dizendo que a natureza de nossa intervenção deve ser adequada às características de nosso fórum de atuação.

Uma segunda discussão refere-se ao caráter assistencialista de alguns projetos. Aqui uma vez mais precisamos de posições matizadas. Não vejo nenhum problema na existência de determinados projetos que oferecem algum tipo de complemento às ausências do Estado, como, por exemplo, reforço de alimentação, explicadores, assistência médica e mesmo, em alguns casos, alguma forma de bolsa e/ou pagamento. Lembro do saudoso Betinho afirmando que quem tem fome, tem pressa!

A questão passa a ser perigosa quando esses complementos oferecidos se tornam mais importantes do que o projeto em si no que se refere a sua intencionalidade. Devemos nos perguntar se o que é oferecido funciona como auxiliar ao alcance dos objetivos, ou trata-se de algo oferecido sem articulação com o que se propõe o

COMO CITAR ESTE ARTÍCULO:

Andrade de Melo, Victor; (2008); *Projetos sociais* de esporte e lazer: Reflexões, inquietações, sugestões; en <http://quadernsanimacio.net>; nº 7; enero de 2008; ISSN 1698-4044

programa. Por fim, parece prudente observar que essas “concessões” não podem funcionar como forma de esconder as deficiências das propostas.

Um projeto e/ou programa pode até contribuir para momentaneamente sanar alguma deficiência do Estado, mas de maneira nenhuma pode substituir ou deixar de tematizar o que é obrigação e responsabilidade do Estado, e, portanto, motivo de cobrança com ênfase e vigor.

Projetos de tempo livre

A ocupação do tempo livre parece ter se constituído em um dos grandes problemas dos dias de hoje. Por trás disso, há uma articulação complexa com a nova configuração dos valores em nossa sociedade, com a redução dos espaços de lazer, com o crescimento da influencia dos meios de comunicação, com a reconfiguração e mesmo debilidade de agências tradicionais de formação (escola, família, igrejas etc.). Ocupar de forma “saudável” o tempo livre parece ser um forte ponto em comum entre os projetos de esporte e lazer.

Há, contudo, alguns riscos que não podemos perder de vista:

- a) como nossos projetos vão estabelecer relações com a escola e/ou com outras instancias formais de educação? Não parece adequado abandonarmos, ou mesmo nos tornarmos oponentes, dessas importantes instituições;
- b) de outro lado, não podemos submeter nossos projetos à lógica desses espaços ou reproduzir a sua dinâmica de trabalho comumente implementada. Precisamos desenvolver um modelo de atuação peculiar e adequado a nossos intuítos, que podem inclusive contribuir para provocar as instâncias tradicionais a buscarem reformulações de seus *modi operandis*;
- c) devemos tomar bastante cuidado com falsas verdades, afirmações superficiais ou posturas conservadoras nesse processo de ocupação do tempo livre. É comum ouvirmos frases do tipo: “esse projeto quer impedir as crianças de se envolverem com as drogas”. Ora, em grande parte das vezes trata-se apenas de uma bandeira de discurso. Em muitas outras, não se tem precisão se realmente isso esta sendo alcançado. Por fim, não parece pouco pensar em um projeto só para isso? Ainda que seja essa uma questão importante,

COMO CITAR ESTE ARTÍCULO:

Andrade de Melo, Victor; (2008); *Projetos sociais” de esporte e lazer: Reflexões, inquietações, sugestões*; en <http://quadernsanimacio.net>; nº 7; enero de 2008; ISSN 1698-4044

ela deve estar articulada com sentidos mais amplos que devem ser claramente contemplados nas intencionalidades explícitas nos projetos e programas;

d) por fim, os projetos devem claramente perspectivar duas naturezas de intervenção: a educação pelo tempo livre e a educação para o tempo livre. A educação pelo tempo livre é a utilização das ferramentas pedagógicas elencadas por nossos projetos para trabalhar determinadas dimensões que podem contribuir para a melhor qualidade de vida e a tomada de consciência da população envolvida. Pode-se dar tanto diretamente (quando por exemplo, aproveitamos para trabalhar determinados valores) quanto indiretamente (quando contribuímos para o fortalecimento da organização comunitária). Já a educação para o tempo livre significa contribuir para que os envolvidos ampliem e descubram novas formas de ocupação do seu tempo fora do trabalho e de obrigações diversas. Pretende apresentar alternativas ao que é massificado pelos meios de comunicação, constituindo-se fundamentalmente como um processo de educação das sensibilidades. Futuramente retomaremos e aprofundaremos essa questão.

ONGs, Estado e lideranças comunitárias

Quem deve ser responsável por organizar os projetos de esporte e lazer? Conforme observamos, pode-se perceber um envolvimento majoritário de Organizações não-governamentais na condução e liderança dessas propostas.

De um lado isso é muito interessante, pois podemos observar que organizações diversas da sociedade civil tomam para si a responsabilidade de desempenharem funções de contribuição social. De outro, isso também é fruto da ausência do Estado, algo crescente nas últimas décadas, no cenário de fortalecimento mundial das estratégias neoliberais.

De um lado, ha organizações sérias (sejam governamentais ou não) conduzindo esses projetos. De outro, lamentavelmente podemos ver grassar práticas interesseiras, que beneficiam mais, de diferentes formas, os envolvidos com a condução dos projetos do que o público-alvo propriamente dito.

De qualquer maneira há um apontamento que não pode ser de forma nenhuma abandonado: a grande contribuição que podemos dar é para a auto-organização

COMO CITAR ESTE ARTÍCULO:

Andrade de Melo, Victor; (2008); *Projetos sociais* de esporte e lazer: Reflexões, inquietações, sugestões; en <http://quadernsanimacio.net>; nº 7; enero de 2008; ISSN 1698-4044

comunitária e para a construção do sentido de co-gestão das iniciativas com a participação ativa do Estado.

Isso não pode ser perdido de vista: o Estado deve ser responsabilizado e envolvido no processo de garantir os direitos sociais. Para tal, deve sim contar com a colaboração de organizações diversas, mas essas não podem desejar substituí-lo. Antes esses grupos devem ser ver como agentes catalizadores do aumento de contato e interface das comunidades com os poderes públicos, convocados que devem ser a cumprir as funções para os quais foram eleitos: a garantia do bem público coletivo.

Vejo com muita inquietação esse processo de suposta preocupação com as comunidades que faz com determinadas ONGs se perpetuem em determinados espaços, quando deviam compreender sempre suas intervenções como provisórias, já que intuitam contribuir para resolução dos problemas que assolam as localidades envolvidas. Resolvido os problemas, ou organizadas a comunidade, deveriam perder suas funções os projetos implementados.

Mais ainda, muitos líderes de projetos acabam assumindo o papel de principais representantes dos grupos envolvidos, impedindo que esses falem por suas próprias vozes. Quem representa hoje os idosos, eles próprios ou um sem número de organizações que dizem velar pelos direitos dos indivíduos dessa faixa etária? Por que a voz dos idosos não é ouvida? Quem representa as comunidades de baixa renda, seus moradores ou “intelectuais” de fora, normalmente de classe média ou alta que lá desenvolvem projetos? Majoritariamente os programas de esporte e lazer estariam efetivamente, para além dos discursos contidos nos projetos de apresentação usados para captar recursos, preocupados com o desenvolvimento do protagonismo juvenil?

No Rio de Janeiro, por exemplo, quando temos algum problema nas favelas, invariavelmente se convocam determinados líderes de ONGs, curiosamente normalmente pessoas que não vivem na comunidade, ali não foram criadas, e só conhecem a realidade por lá trabalharem. Por que as pessoas da comunidade não são convocadas? Por que a necessidade desse filtro? Estariam esses projetos realmente interessados em contribuir para a auto-organização comunitária ou no fundo pretendem ficar por ali a vida toda, garantindo seu funcionamento e os empregos dos que estão envolvidos com sua administração? Quem representa quem afinal?

COMO CITAR ESTE ARTÍCULO:

Andrade de Melo, Victor; (2008); *Projetos sociais” de esporte e lazer: Reflexões, inquietações, sugestões;* en <http://quadernsanimacio.net>; nº 7; enero de 2008; ISSN 1698-4044

O que fazer, para onde ir? Sugestões

Para finalizar nosso artigo, vamos aprofundar e/ou retomar alguns pontos já tocados, tendo em vista construir um conjunto de parâmetros que julgamos importantes se desejamos construir projetos de esporte e lazer mais adequados e que possam melhor contribuir com o público fim a que se destina.

A Animação Cultural

Quando falamos de atividades de lazer, cabe ter em vista que fundamentalmente estamos falando de cultura, em seu sentido mais amplo. Isso é, estão plenamente imersas e articuladas com um conjunto de valores, normas, hábitos, formas de viver. Todos nós vivemos imersos e somos influenciados por culturas diversas que se entrelaçam.

O âmbito da cultura, contudo, não é estático, mas sim dinâmico e até mesmo conflituoso. Ao mesmo tempo em que aí encontramos os elementos que nos controlam e nos permitem viver em sociedade, também descortinamos aqueles que podem nos induzir a questionar o *modus vivendis*, vislumbrando outras maneiras de viver.

No que se refere à vivência de atividades de lazer, devemos reconhecer que grande parte da população é submetida a uma enorme restrição. Como trabalha muito, perde muito tempo diário no transporte até o trabalho (pois vive longe dos grandes centros) e não é adequadamente informada para acessar linguagens diferenciadas, não é equivocado afirmar que na maior parte dos casos as oportunidades mais buscadas são aquelas difundidas pela indústria cultural, pelos meios de comunicação de massa (notadamente televisão e rádio). Sem falar que faltam opções culturais diversificadas próximas do local de moradia, o que torna mais complicado o acesso. Essa é uma ocorrência mais notável em cidades do interior e da Zona Rural.

Basta dizer que somente 7% das cidades brasileiras possui cinema. Enquanto isso, 98% dos municípios têm acesso ao sinal da principal emissora e já temos, em nosso país, mais aparelhos de televisão do que geladeiras. Se formos considerar o número de livrarias, até bem pouco tempo o Brasil inteiro tinha em menor número do que a cidade de Buenos Aires.

COMO CITAR ESTE ARTÍCULO:

Andrade de Melo, Victor; (2008); *Projetos sociais* de esporte e lazer: Reflexões, inquietações, sugestões; em <http://quadernsanimacio.net>; nº 7; enero de 2008; ISSN 1698-4044

Não que as atividades mais comumente encontradas sejam a princípio inadequadas, mas não deveríamos pensar em outras alternativas de lazer para além destas? Também não estamos dizendo que não existam resistências e/ou alternativas para a população, mas somente constatando o quadro de desigualdade de oportunidades de acesso.

Uma atuação no âmbito do lazer, tendo em vista tal contexto, deve procurar então potencializar as possibilidades de vivência da população, apresentando outras possibilidades de prazer e diversão. Ao fazermos isso, ao ampliarmos o acesso às diferentes linguagens/manifestações, também estaríamos contribuindo para estimular outros olhares, outras perspectivas de vida, para difundir outros valores e compreensões acerca da vida. Em última instância, estamos falando de um processo de sensibilização, ou, sendo mais claro, de educação da sensibilidade.

Chamamos esse processo de intervenção de “Animação Cultural”, um conceito que tem diferentes perspectivas dependendo do autor que o trabalhe. Particularmente, tenho a definido como:

* **uma tecnologia educacional**; isso é, trata-se de uma proposta de intervenção pedagógica; todos os profissionais envolvidos devem se encarar e se preparar para atuar como educadores;

* **pautada na idéia radical de mediação**; isso é, não se trata de impor algo, mas sim de, em um processo pedagógico (e certamente na maior parte das vezes lento) apresentar alternativas, problematizar as vivências e olhares cotidianos, problematizar os gostos e prazeres;

* **que busca contribuir para permitir compreensões mais aprofundadas acerca dos sentidos e significados culturais, que concedem concretude a nossa existência cotidiana**; por que atuamos? Somente para passar o tempo de nossos jovens, crianças, adultos e idosos envolvidos? Certamente que não! O que desejamos é que nossa intervenção possa contribuir para possam enxergar o mundo de maneira mais atenta e crítica, desenvolvendo posturas ativas perante a realidade que os cerca;

* **construída a partir do princípio de estímulo às organizações comunitárias**; isso é, esperamos que desse processo venham a emergir lideranças que possam construir práticas verdadeiramente democráticas para a articulação da sua comunidade, em busca

COMO CITAR ESTE ARTÍCULO:

Andrade de Melo, Victor; (2008); *Projetos sociais” de esporte e lazer: Reflexões, inquietações, sugestões*; en <http://quadernsanimacio.net>; nº 7; enero de 2008; ISSN 1698-4044

de reivindicar novos modelos de vida em sociedade, que possam respeitar radicalmente os indivíduos e permitir a construção de uma dinâmica social mais justa;

* Assim sendo, é necessário que nossa intervenção procure **provocar questionamentos acerca da ordem social estabelecida e contribuir para a superação do *status quo* e para a construção de uma sociedade mais justa.**

Para melhor encaminhar tal perspectiva de atuação, falamos do duplo aspecto educativo do lazer: a “educação para e pelo lazer”. Podemos sim, aproveitar os momentos de lazer para discutir valores, normas, desenvolver uma perspectiva crítica dos indivíduos acerca da realidade (educação pelo lazer). Porém, mais do que isso, precisamos contribuir para que as pessoas compreendam e descubram as múltiplas possibilidades de lazer de que podem usufruir, oportunizando e estimulando a busca das mais diversas alternativas de diversão e prazer nos momentos de não-trabalho (educar para o lazer). E isso deve ser feito não em confronto com a formação cultural de cada indivíduo e de cada comunidade, mas em um processo pedagógico prolongado de discussão, diálogo e mediação.

As diversas linguagens culturais

As atividades de lazer são sempre culturais, estando relacionadas aos mais diferentes interesses humanos. Quando prepara sua programação em conjunto com a comunidade, a equipe/profissional utiliza as mais diversas linguagens/manifestações, procurando dentro do possível contemplar essa variedade de possibilidades de diversão e de prazer.

Para embasar a seleção de nossas atividades, considerando os diferentes interesses, uma eficaz ferramenta auxiliar é o quadro classificatório proposto por Joffre Dumazedier (1974). Ele divide as atividades de lazer em cinco grupos: físicas, artísticas, manuais, intelectuais, sociais.

O que este autor leva em conta é o interesse central que conduz o indivíduo às atividades, mesmo que saibamos que isto não se dá de forma isolada. Isto é, um indivíduo quando joga futebol nas tardes de sábado, não o faz somente tendo em vista o interesse na atividade física, mas também por que o grupo social se reunirá depois para conversar. Interesses físicos e sociais nesse caso se cruzam.

COMO CITAR ESTE ARTÍCULO:

Andrade de Melo, Victor; (2008); “Projetos sociais” de esporte e lazer: Reflexões, inquietações, sugestões; em <http://quadernsanimacio.net>; nº 7; enero de 2008; ISSN 1698-4044

O que importa para nós animadores culturais é considerar um quadro geral de interesses, utilizando a classificação proposta como forma de diversificar e potencializar o alcance dos objetivos de nossa proposta de intervenção. Mas lembremos:

- * a criatividade de cada equipe/profissional é o limite da preparação de nossos programas;
- * obviamente que também teremos que considerar as condições operacionais de cada espaço de intervenção;
- * Na verdade, devemos entender que nossos programas podem e devem conjugar de forma articulada e complexa todos esses interesses.

O papel da comunidade

Para potencializarmos nossos programas, e contribuirmos para exponenciar suas possibilidades de contribuição política, devemos buscar o maior envolvimento possível da comunidade interessada. Isto é, procurar pensar os projetos não **para** os cidadãos e sim **em conjunto** com eles. Quando deixamos de tomar tal procedimento, mesmo com boa vontade, corremos o risco de não cumprir adequadamente nossas funções e de implementar ações que não tenham os desdobramentos esperados. Temos muitos exemplos de fracassos no que se refere à construção e à gestão de programas de lazer devido ao fato de a população não ter sido envolvida.

Muitos projetos chegam a determinadas comunidades e pretendem determinar exatamente o que os moradores e público envolvido necessita. Com um olhar de “fora”, muitas vezes eivado de desconhecimento e preconceitos, não é incomum que os objetivos inicialmente traçados não sejam atingidos. E não poucas vezes a própria comunidade é responsabilizada por isso, já que supostamente não teria “entendido” a proposta do projeto. Ora, por que a comunidade não fora consultada? Por que não foi envolvida em todas as fases do desenvolvimento do projeto, desde a elaboração da proposta, passando pela implementação, chegando até a avaliação?

Mais ainda, muitas vezes a comunidade só é envolvida em uma das etapas, não raramente para minimizar alguma deficiência do projeto. Ao contrário disso, sugerimos que a comunidade deve ser radicalmente convocada a participar, inclusive porque essa

COMO CITAR ESTE ARTÍCULO:

Andrade de Melo, Victor; (2008); *Projetos sociais” de esporte e lazer: Reflexões, inquietações, sugestões;* en <http://quadernsanimacio.net>; nº 7; enero de 2008; ISSN 1698-4044

atitude em si já expressa uma intencionalidade política para além das atividades e estratégias utilizadas.

Contudo, vejamos e estejamos atentos: um projeto não é nem o que os seus responsáveis desejam, nem aquilo que a comunidade quer, ele é o fruto do encontro e da interação de ambos, e aqui se encontra a necessidade já discutida de desenvolver uma postura de mediação radical, o que obviamente exige de todos nós grande habilidade e alguma experiência.

Essa é uma proposta mais trabalhosa? Sem dúvida! Contudo, sem isso, estamos correndo o risco de desrespeitar as comunidades, não exponenciar o aspecto político de nossa proposta, investir sem a garantia de retorno (isso é, correndo o risco da ação não ser nem eficiente, tampouco efetiva), e, do ponto de vista financeiro, ainda ter mais gastos no futuro, já que a população pode não se envolver na preservação dos espaços e das iniciativas geradas (logo, também não será eficaz).

A questão da inclusão social

Ao prepararmos nossa programação, devemos estar atentos para diversificar as atividades, de forma a atingir os mais diversos interesses e gostos, e permitir a participação de todos, sempre levando em conta a faixa etária (crianças, adolescentes, adultos, idosos), a questão do gênero (homens e mulheres), os portadores de deficiências (sejam elas físicas ou mentais), o grau de preparação e de aptidão para a realização do que for oferecido. Sempre que possível, inclusive, devemos pensar em atividades que possam juntar públicos diversos em uma mesma prática, homens e mulheres juntos, crianças e adultos, jovens e idosos (intergeracionalidade).

Também é fundamental ressaltar que não devemos permitir qualquer manifestação de preconceito e discriminação em nossas programações, sejam elas de gênero, de faixa etária, de raça, de orientação sexual, no que se refere ao portador de deficiência, enfim, todos devem ser contemplados e devem ter o direito de participar ativamente em todas as fases dos projetos (preparação, execução, avaliação).

Para que todos possam participar, temos que inclusive pensar na adaptação dos espaços físicos. Por exemplo, alguns locais possuem longas escadas como entradas. Isso cria dificuldades de acesso e constrangimentos para uma parte significativa de idosos e

COMO CITAR ESTE ARTÍCULO:

Andrade de Melo, Victor; (2008); *Projetos sociais* de esporte e lazer: Reflexões, inquietações, sugestões; em <http://quadernsanimacio.net>; nº 7; enero de 2008; ISSN 1698-4044

portadores de deficiência, que em função de sua dificuldade de deslocamento dependem da boa vontade de outros ou até mesmo ficam impedidos de usufruir das atividades oferecidas. Caso o espaço já esteja construído, podemos pensar na colocação de rampas de madeira para facilitar o acesso.

Quando formos programar as atividades, devemos lembrar que garantir a segurança do público é fundamental. Atividades com movimento, que exijam esforço físico e/ou endereçadas a idosos devem prioritariamente ser programadas para espaços não escorregadios, para tentarmos minimizar os riscos de acidentes.

A questão da adaptabilidade também deve ser observada quando pensamos no material a ser utilizado. Imaginemos o seguinte exemplo: desejamos organizar um jogo de basquete com crianças de 5/6 anos. Não é possível que, nesse caso, utilizemos as tabelas oficiais, pois será difícil que tenham força para arremessar a bola. Assim, devemos construir tabelas mais baixas, facilmente confeccionáveis com PVC e um latão cheio de cimento. Além disso, não devemos utilizar a bola oficial de basquete, de manuseio complicado para a referida faixa etária. Podemos tranquilamente trocar por uma bola de borracha, de toque mais agradável.

O princípio básico é sempre o mesmo: devemos adaptar e organizar nossas atividades e nossos programas de forma a contemplar com segurança o maior número possível de pessoas.

Se esses são parâmetros fundamentais, de grande importância, não devemos esquecer da anterior discussão sobre inclusão social: resumindo tudo o que foi discutido no decorrer deste artigo: se temos a possibilidade de promover intervenções em determinadas comunidades/públicos-alvo, não o devemos fazer como uma prática desinteressada, mas com uma intencionalidade política clara, contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e democrática. E isso vai passar pela necessidade de contribuir para que os indivíduos se entendam como cidadãos em um sentido amplo e pleno, preocupados não somente com o que os cerca individualmente, mas sim comunitariamente. Esse objetivo não pode se resumir a algo anunciado, deve ser encaminhado em nossas práticas cotidianas, tendo em conta alguns dos alertas e pressupostos aqui apresentados.

COMO CITAR ESTE ARTÍCULO:

Andrade de Melo, Victor; (2008); *Projetos sociais” de esporte e lazer: Reflexões, inquietações, sugestões;* en <http://quadernsanimacio.net>; nº 7; enero de 2008; ISSN 1698-4044

Palavras finais

Depois de muitos anos trabalhando com a implementação de projetos de esporte e lazer em comunidades de perfil diverso, posso seguramente afirmar: não existem modelos e/ou fórmulas de atuação que nos garantam sucesso imediato e a priori. As críticas e sugestões aqui apontadas são sim importantes orientações coletadas tanto nas reflexões teóricas disponíveis quanto nas minhas experiências de animador cultural. Mas nada substitui o exercício cotidiano de reflexão e o desejo de cada profissional de aperfeiçoar seu trabalho, buscar o melhor, sempre tendo em vista que contribuições pode dar para a comunidade em que se insere e para a superação desse modelo de sociedade.

Para alguns pode parecer absurdo acreditar que cada um de nós, animadores, em nossos espaços específicos de atuação, podemos contribuir para a construção de um novo modelo de sociedade. Utopia dirão alguns! E é exatamente isso que somos: sonhadores que acreditam na utopia de que é possível uma nova forma de organização social, que respeite as diferenças e peculiaridades, que a todos permita acesso ilimitado às oportunidades de viver melhor.

Contudo não somos sonhadores “lunáticos”. Somos sonhadores trabalhadores sociais, gente que, mais do que discursar, implementa ações que podem apontar para uma mudança.

Existe uma parábola que provavelmente é conhecida por muitos de nós. Conta que em certa ocasião houve um grande incêndio em uma floresta. Enquanto todos os animais fugiam, fugindo das labaredas, percebeu-se que um beija-flor, sozinho, buscava água no pequeno bico e jogava sobre o fogo, tentando apagar o incêndio. Um dos bichos que fugiam indagaram ao beija-flor porque fazia aquilo, se jamais seria capaz de apagar o incêndio, no que respondeu a ave: “estou fazendo a minha parte para contribuir”.

Em muitas oportunidades essa parábola tem sido apresentada como exemplo de engajamento. Particularmente não gosto dessa relação. Para mim, ela tende a propugnar que os indivíduos sozinhos são capazes de dar soluções. Mais, que basta o desejo de fazer algo para que tal iniciativa seja louvada.

Seguindo o exemplo da parábola, questiono se não seria mais interessante que o beija-flor também tentasse envolver os outros bichos na difícil tarefa de apagar o

COMO CITAR ESTE ARTÍCULO:

Andrade de Melo, Victor; (2008); *Projetos sociais* de esporte e lazer: Reflexões, inquietações, sugestões; en <http://quadernsanimacio.net>; nº 7; enero de 2008; ISSN 1698-4044

incêndio. Em um esforço de convencimento e mediação, contribuir para que todos os animais da floresta entendessem que juntos poderiam mudar a situação. E aí, em conjunto, cada um com seu potencial, interagissem para buscar a melhor saída, uma solução mais eficiente.

O animador cultural é realmente um beija-flor. Mas não o da parábola tradicional. Ele traz o anúncio de novas possibilidades com seu canto, mas procura contribuir para que todos cantem e juntos, como em um coro, possam compor grandes obras. Ele não toma ações meramente individuais, mas busca gerar práticas coletivas, ele também se entendendo como parte de uma construção de grupo. E ainda que o apagar do incêndio pareça algo distante, ele segue crendo que junto com os animais da floresta, há algo a ser feito.

Bibliografia

- BERNET, Jaume Trilla. *Animación Sociocultural: teorías, programas y ámbitos*. Barcelona, Ariel, 1997.
- DUMAZEDIER, Joffre. *Lazer e Cultura Popular*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- _____. *Valores e conteúdos culturais do lazer*. São Paulo: SESC, 1980.
- EISNER, Elliot. Estrutura e mágica no ensino da arte. In: BARBOSA, Ana Mae (org.). *Arte-Educação: leitura no subsolo*. São Paulo: Cortez, 1999.
- FERNANDEZ, Jose Fernando Tabares, MONTOYA, Arley Fabio Ossa, BEDOYA, Victor Alonso Molina (coord.). *El ocio, el tiempo libre y la recreacion em America Latina: problematizaciones y desafios*. Medellin: Editorial Civitas, 2005.
- LICERE. Periódico publicado pelo Centro de Estudos de Lazer/EEF/UFGM. Belo Horizonte, v.1-12, n.1, 1999-2006.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. *Festa no pedaço - cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo: Hucitec/Ed.Unesp, 1998.
- MELO, Victor Andrade de. *Animação Cultural: conceitos e experiências*. Campinas: Papirus, 2006.
- _____. *Lazer e minorias sociais*. São Paulo: Ibrasa, 2003.

COMO CITAR ESTE ARTÍCULO:

Andrade de Melo, Victor; (2008); *Projetos sociais” de esporte e lazer: Reflexões, inquietações, sugestões*; en <http://quadernsanimacio.net>; nº 7; enero de 2008; ISSN 1698-4044

_____, ALVES JÚNIOR, Edmundo de Drummond. Introdução ao lazer. São Paulo: Manole, 2003

MUNNÉ, Frederic. *Psicossociologia del Tiempo libre: un enfoque crítico*. México: Trillas, 1980.

SCHILLER, Friedrich. *A educação estética do homem*. São Paulo: Iluminuras, 1995.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. *Convite à estética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

COMO CITAR ESTE ARTÍCULO:

Andrade de Melo, Victor; (2008); "Projetos sociais" de esporte e lazer: Reflexões, inquietações, sugestões; en <http://quadernsanimacio.net>; nº 7; enero de 2008; ISSN 1698-4044